

O Pajé Itambé e o reconhecimento da Terra Indígena de Coroa Vermelha

*Ubirai Silva Matos*¹
*Ivaneide Almeida da Silva*²
Instituto Federal da Bahia

Resumo: O presente artigo aborda a trajetória do Pajé Itambé no processo de demarcação e reconhecimento da Terra Indígena de Coroa Vermelha em Santa Cruz Cabrália-BA. A sua chegada nessa região foi marcada por conflitos e luta pela retomada dessa terra. Ele atuou como cacique dessa Aldeia e foi reconhecido no interior da comunidade Pataxó de Coroa Vermelha e fora dela como o Pajé Itambé, como é conhecido até hoje. Diante da dispersão de seus parentes da Aldeia de Barra Velha, encontrou em Coroa Vermelha condições para reagrupar os parentes Pataxó, no processo de reocupação e posterior reconhecimento daquele território como indígena.

Palavras-chave: Pajé Itambé; Coroa Vermelha; terra indígena.

MATOS, Ubirai Silva; SILVA, Ivaneide Almeida da. **O pajé Itambé e o reconhecimento da Terra Indígena de Coroa Vermelha.** *Aceno – Revista de Antropologia do Centro-Oeste*, 11 (25): 173-190, janeiro a abril de 2024. ISSN: 2358-5587

ACENO

¹ Graduado na Licenciatura Intercultural Indígena do IFBA, Campus Porto Seguro (LINTER-IFBA).

² Doutora em Estado e Sociedade pela Universidade Federal do Sul da Bahia (PPGES-UFSE). Atualmente é professora da Licenciatura Intercultural Indígena do Instituto Federal da Bahia, Campus Porto Seguro (LINTER-IFBA).

The pajé Itambé and the formation of the indigenous territory of Coroa Vermelha

Abstract: This article addresses the trajectory of Pajé Itambé in the process of demarcation and recognition of the Coroa Vermelha Indigenous Land in Santa Cruz Cabrália-BA. His arrival in this region was marked by conflicts and the struggle to regain this land. He served as chief of this village and was recognized within the Pataxó of Coroa Vermelha community and outside it as Pajé Itambé, as he is known to this day. Faced with the dispersion of his relatives from the village of Barra Velha, he found conditions in Coroa Vermelha to regroup his Pataxó relatives, in the process of reoccupation and subsequent recognition of that territory as indigenous.

Keywords: Pajé Itambé; Coroa Vermelha; indigenous territory.

El pajé Itambé y la formación del territorio indígena de Coroa Vermelha

Resumen: Este artículo aborda la trayectoria de Pajé Itambé en el proceso de demarcación y reconocimiento de la Tierra Indígena Coroa Vermelha en Santa Cruz Cabrália-BA. Su llegada a esta región estuvo marcada por los conflictos y la lucha por recuperar estas tierras. Se desempeñó como cacique de esta aldea y fue reconocido dentro de la comunidad Pataxó de Coroa Vermelha y fuera de ella como Pajé Itambé, como se le conoce hasta el día de hoy. Ante la dispersión de sus familiares de la aldea de Barra Velha, encontró condiciones en Coroa Vermelha para reagrupar a sus familiares Pataxó, en el proceso de reocupación y posterior reconocimiento de ese territorio como indígena.

Palabras clave: Pajé Itambé; Coroa Vermelha; territorio indígena.

A história de vida e militância política do Pajé Itambé, registrado civilmente como Alberto Matos, pajé e primeiro cacique da Terra Indígena Coroa Vermelha, em Santa Cruz Cabralia-BA, está intimamente ligada ao processo de demarcação da Aldeia de Coroa Vermelha, uma das maiores aldeias urbanas do Brasil, atualmente demarcada e homologada³. Os fatos que marcaram a chegada do Pajé Itambé nessa região, hoje Aldeia de Coroa Vermelha, equiparam-se aos desafios, aos enfrentamentos e aos conflitos pelos quais passaram Itambé e seus “parentes”⁴ na luta pela terra, e grifaram a formação, demarcação e reconhecimento dessa terra indígena, como de outras aldeias e reservas indígenas da região, constituindo parte da história dos Pataxó do Extremo Sul da Bahia.

Itambé foi o primeiro cacique e primeiro pajé da Aldeia de Coroa Vermelha. Escrever sobre suas histórias, que se constituem parte da história dos Pataxó de Coroa Vermelha, a partir das histórias que ele mesmo conta e que ainda carrega consigo, significa valorização de sua memória e de suas ações enquanto liderança do povo Pataxó, na busca de melhorias para sua comunidade, as quais ele entende como se fosse sua missão de vida. Em primeiro lugar, é fundamental destacar como o Pajé Itambé, em entrevista gravada, revisitou os desafios vividos e as conquistas rememoradas, pois segundo Bosi (1994), recordar é uma função social para o idoso, que reconstrói o passado a partir de um olhar do presente, ora ocasionando alegrias e satisfação, ora emoções menos aprazíveis, mas que geram sentimento de pertencimento, e naquele momento recupera-se um tempo, que outrora foi muito significativo, e ali sua memória é valorizada, pois encontram ouvidos atentos à espera de ouvidos atentos às suas narrativas (BOSI, 1994). As principais fontes para a construção desse texto foram duas entrevistas realizadas: uma com o Pajé Itambé, na qual narra suas memórias sobre a demarcação do território, mesclada de experiências individuais e coletivas; e outra com Manoel Santana⁵, liderança tradicional do povo Pataxó, que narrou sobre suas experiências com o Pajé Itambé, destacando, em trecho do depoimento que: “o único homem que devia ser bem respeitado é o Itambé, ele é pesado naquela história, ele é pesado, sabe o que que vai falar, o que que vai fazer, o Itambé” (SANTANA, 2015).

Além das fontes orais, fontes escritas, como documentos da demarcação das terras da Aldeia Indígena de Coroa Vermelha, notícias de jornais e revistas eletrônicas foram utilizadas para abordar a história de formação dessa Aldeia, por meio da trajetória de vida do Pajé Itambé, que saiu da “aldeia mãe” Barra Velha e foi fundamental para a demarcação e formação desse território indígena. O artigo inicia com a trajetória de Itambé e sua chegada a região de Coroa Vermelha; traz uma abordagem sobre a Aldeia e suas características; continua com a atuação de

³ Situação da Terra Indígena: HOMOLOGADA. REG CRI E SPU. por Decreto s/n - 10/07/1998. Disponível em: https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3651?_ga=2.105953920.247918547.1533604348-108318172.1533604348 Acesso em: 25/01/2018.

⁴ Segundo Gersem dos Santos (2006:31), o “termo parente não significa que todos os índios sejam iguais e nem semelhantes. Significa apenas que compartilham de alguns interesses comuns, como os direitos coletivos, a história de colonização e a luta pela autonomia sociocultural de seus povos diante da sociedade global.

⁵ Manoel Santana foi cacique de Boca da Mata, viajava com o pajé Itambé durante a luta e processo de demarcação da Aldeia de Coroa Vermelha, foi morador, ancião, rezador e benzedor de Boca da Mata. A entrevista foi realizada em 2015 e ele faleceu em abril do ano de 2023.

Itambé como pajé no local e, por fim, as ações políticas de Itambé no reconhecimento daquela terra indígena, pois aqui importa destacar a sua atuação enquanto liderança tradicional⁶ (GERSEM DOS SANTOS, 2006; ALMEIDA, 2014; MARTINS, 2015) na reocupação e retomada do território Pataxó de Coroa Vermelha.

Pajé Itambé: caminhos, chegada e permanência em Coroa Vermelha

O Pajé Itambé nasceu, passou infância e juventude em Juacema, área situada entre a Praia do Espelho e a Praia do Satu, próximo a Caraíva, distrito de Porto Seguro (CUNHA e FERREIRA, 2017: 11). Ele é o filho mais velho dos filhos homens de Izabel Borges e Antenor Valério; teve dois irmãos: Sebastião e Saturnino; e seis irmãs: Josefina, Vergulina, Maria, Indiara, Emília e Ana. Como filho mais velho, tornou-se referência dentro de casa, tanto na labuta da roça, quanto no cuidado com a família, especialmente na ausência do pai. Um certo dia, ainda jovem e trabalhando junto com a família, durante a colheita de piaçava, um dos mourões de um estaleiro armado no mato desabou sobre seu pescoço, o impressionando contra o chão e provocando um alvoroço entre todos os presentes, que logo se mobilizaram para socorrê-lo. Esse acidente é sempre lembrado e narrado pelo Pajé Itambé, pois considera que pode ter escapado da morte:

Eu só vi a hora que eu pulei, depois não vi mais nada e aí morri (...), quando eu acordei dessa vez, eu andei num lugar que eu nunca tinha andado, pra mim eu fui lá no céu, só pode ser lá, porque é mesmo que você tá olhando esse centro de mar, não tinha fim, aquele tangente bonito que não tinha fim, e aí nessa hora que eu andava lá, eu vi uma casa lá longe aquela casa branquinha lá, aí eu falei, olha eu podia ir lá naquela casa, mas eu não vou lá não, se eu for lá eu não volto, vou voltar daqui mesmo, aí nessa hora que eu estava voltando encontrei com os irmãos que já estavam mortos, aí foi quando eu acordei. (ITAMBÉ, 2015)

Ao aproximar-se dos trinta anos de idade, sentiu a necessidade de experimentar outras realidades, então começou a trabalhar em fazendas na região de Porto Seguro, e do município do Prado-BA. Em um dos trabalhos na região do Prado, conheceu a sua primeira esposa, Maria José da Conceição, na época com quatorze anos. Junto com sua companheira ele retorna para Juacema e permaneceram lá por algum tempo, até que seu pai Antenor Valério sempre demonstrava preocupação com aquela menina Maria que chegara com ele, e diante de situação conflituosa com seu pai, ele começou a se preocupar em resolver a sua união com Maria e regularizar civilmente aquele convívio, que só ocorreu posterior a permanência no atual território da Aldeia de Coroa Vermelha.

Depois de Juacema, Pajé Itambé e família viveram por algum tempo em Barra Velha⁷, considerada “aldeia mãe”, por ter sido a aldeia mais antiga formada entre os rios Caraíva e Corumbau, de onde muitos pataxós saíram na década de 1950 e formaram outras aldeias dentro do município de Porto Seguro, por causa do “Fogo de 51”⁸, massacre do povo Pataxó da Aldeia Velha, que provocou a saída

⁶ De acordo com Gersem dos Santos, as “lideranças denominadas tradicionais, ou seja, os caciques ou tuxauas, que tinham a função de organizar, articular e representar a aldeia ou o povo diante de outros povos. São denominados líderes tradicionais porque seguem ou cumprem as condições e as regras herdadas dos seus pais ou ancestrais e aceitas pelo grupo” (GERSEM DOS SANTOS, 2006: 65-66).

⁷ Atualmente é Terra Indígena de Barra Velha, homologada (Decreto 396 - 26/12/1991). Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3615>. Acesso: 25 jan. 2023.

⁸ O Fogo de 51 representou mais uma tentativa de domínio ou expropriação de terras ocupadas por indígenas e, ao mesmo tempo, resistência de muitos Pataxó que permanecerem em sua área territorial. Um evento que aconteceu no início da década de 1950, na Aldeia Barra Velha – Porto Seguro, em meio a lutas pela demarcação de terras e pela criação do PNMP (Parque Nacional do Monte Pascoal). Ver Sampaio (2000) e Cunha (2013).

desse povo do local e consequente formação de outras aldeias na região (CARVALHO, 2009; SANTOS, 2018). A Aldeia de Barra Velha está inserida no “processo histórico de colonização e a territorialização compulsória em 1861, que restringiu os modos de territorialidade e vida tradicional das populações indígenas no Extremo Sul da Bahia (SOUZA, 2022: 47).

Saindo de Barra Velha, Itambé e família seguiram por Corumbau, Caraíva, Arraial d’Ajuda até chegarem na área da atual Reserva Indígena da Jaqueira, onde ficaram morando por um tempo, pois Indiara, irmã de Itambé, já morava lá com seu esposo Zé Lapa. Depois da Reserva da Jaqueira, seguiram mais cerca de seis quilômetros para norte, parando na região de Coroa Vermelha, local que Itambé admirava. O nome Coroa vermelha, segundo “os mais velhos”, foi dado por causa dos corais que beiram toda a sua orla marítima, assumiam um formato arredondado, que pareciam uma coroa de rei, e com o pôr do sol, aquele cenário tomava uma cor avermelhada, e passaram a chamar a terra de Coroa Vermelha. Segundo Carvalho, o abandono de muitos indígenas da Aldeia Barra Velha, levou:

a reocupação de porções do território tradicional e a ocupação de novas, a exemplo de Corumbauzinho; de Mata Medonha, implantada em 1951 por uma família de refugiados de Barra Velha, à qual se acrescentariam outras, nos anos oitenta; de Águas Belas, consolidada, também na década de oitenta por migrantes de Barra Velha não-retornados; do mesmo modo que a velha Aldeia de Imbiriba, que teve a sua população incrementada após 1951. Coroa Vermelha foi igualmente produto da grande diáspora Pataxó. (CARVALHO, 2009: 515)

O Pajé Itambé comenta que seus antepassados falavam que essa região da costa da praia era local onde viviam indígenas mais antigos. Quando chegou havia poucas pessoas habitando próximo ao rio Mutari e um senhor que morava próximo a praia do Mutá e outros indígenas em local entre o monumento que delimita o limite entre Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro⁹ e a cruz, a qual o Pajé Itambé afirma que sempre cortava a vegetação que crescia em volta dela. Em razão disso, ele considerou a região de Coroa Vermelha para viver com sua família, e iniciou uma luta para a conquista daquela terra, que considerava de pertencimento indígena, conforme ressaltou em trecho da entrevista:

Indiara morava aqui mais o finado Zé Lapa, aí eu fiquei aqui trabalhando, depois chegou um outro irmão meu chamado Manoel Siriri, aí convidou pra gente vim trabalhar aqui em Coroa Vermelha, (...), eu vim andando pra cá, cheguei aqui em Coroa Vermelha, fiquei mais meu irmão trabalhando e trabalhei, mais ou menos, uns seis a oito meses aí, aí me tiraram da fazenda e eu vim fazer um rancho aqui dentro da Coroa Vermelha mesmo. Aí ganhei uma lona, aí vim fazer uma morada aqui em Coroa Vermelha, que não conhecia ninguém, mas aqui já era habitado por várias pessoas que vinha pra cá conhecer aonde foi rezada a primeira missa no Brasil e tinha uma cruz que era de pau brasil (...) e eu naquela história de querer fazer Coroa Vermelha uma aldeia, porque já tinha sido conhecido por Cabral, mas não era conhecido pelos índios; (...) lá em Brasília e eu tinha que levar esse conhecimento pra Brasília pra fazer de Coroa Vermelha uma aldeia, já que era morada de índio, foi rezado a primeira missa, primeiros índios foram achados aqui, então eu achei que podia ser uma aldeia e corri atrás. Eu ia pra um canto, ia pra outro, fui umas quatro vezes lá em Belmonte, porque o capitão da marinha morava lá e eu queria apoio dele, ninguém me dava apoio, desmancharam a minha barraca, foi desmanchado umas quatro vezes pra eu ir embora daqui. (ITAMBÉ, 2015)¹⁰

⁹ Em 2018 houve um debate em torno da construção desse monumento. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/justica-determina-demolicao-de-monumento-na-ba-que-representa-primeira-missa-celebrada-no-brasil.ghtml>. Acesso em: 03 fev. 2023.

¹⁰ Trecho de entrevista com Itambé, cedida a Ubirai Matos em 28 de julho de 2015.

E nessa ocasião o Pajé Itambé realizou alguns trabalhos para o tenente/capitão¹¹ da Marinha na época, o senhor Raimundo dos Santos Coelho, que afirmava ser da Marinha toda aquela área, não sendo possível, portanto, a construção de nem um tipo de residência. Mas Itambé foi vivendo e permanecendo ali com sua família, até que conseguiu fazer um barraco de palha de coco de caxandó¹², localizado próximo ao mar, pois segundo ele, o local era bom para pesca e coleta de mariscos. Segundo Itambé, esse momento ocorreu por volta de 1968, e com o passar do tempo outros parentes chegaram para morar na localidade.

O capitão Raimundo tinha interesses e objetivos condizentes com a reprodução da presença colonial portuguesa, bem como da Igreja Católica, e sob tal contexto, não se pode contestar a presença indígena, interesses esses escamoteados por um ato benevolente de permitir a permanência dos indígenas no território de Coroa Vermelha, pois o mesmo tinha o desejo de reproduzir o ambiente descrito por Pero Vaz de Caminha da realização da primeira missa rezada no Brasil em 26 de abril de 1500 e, ao que parece, a atmosfera construída por Victor Meirelles no quadro Primeira Missa no Brasil¹³, em referência aos “quadros pintados e nos murais (livros) das escolas”, conforme trecho de entrevista do então capitão, citado em Grunewald (1999: 144-146), no qual menciona que a permissão para permanência daqueles indígenas em Coroa Vermelha tenha sido de sua “boa vontade”:

Eu tinha a vontade de ver a Coroa Vermelha com uma cruz, com padre, com índio, que realmente desse aquele colorido, formasse aquele ambiente do Descobrimento, e qualquer pessoa quando lá chegasse, ficasse assim conhecendo, fosse fácil a identificação daquilo que ele já via através de quadros pintados, através de murais nas escolas etc. (...) Então em 1974 quando eu cheguei e cumpri com a minha missão de fiscalização também da utilização da orla, eu me encontrei na Coroa Vermelha com uma família de índios que lá estava há um ano e pouco, procurei saber, foi em 1972 quando eles se transportaram pra lá, e procurando saber porque que eles estavam ali, se ali não era, de meu conhecimento, nenhuma reserva demarcada, a reserva estava lá em Caraíva, entre o rio Corumbau e o rio Caraíva, então ele me explicou que estava se mudando para ali devido evitar o litígio que existia muito forte lá na reserva, e a mim não caberia aceitar nenhuma, profissionalmente, dentro da minha função, não caberia aceitar nenhuma justificativa, o fato é que eu teria que tirá-los dali pra voltar lá pra aldeia deles porque aquela área não poderia ser ocupada, a não ser que o Patrimônio da União assim determinasse que era quem era o responsável pela orla, dono da orla vamos dizer assim. Mas, o meu ideal de cidadão dizia: porque que eu vou fazer isso? Se eu mesmo sinto falta quando aqui chego de ver o ambiente onde foi celebrada a Primeira Missa, o ambiente onde Cabral aportou suas naus, onde Cabral com todo seu pessoal fez a guarda, pegou água na foz do rio Mutari, onde Cabral colocou a cruz na segunda missa, que foi próximo da foz do rio Mutari (...) Se foi aqui que os descobridores junto com os índios bailavam e cantavam ao som das gaitas, de sinos e buzinas que eram tocados pelos descobridores. Aqui tem que ter índio, aqui tem que ter um padre, aqui tem que ter cruz, aqui tem que ter mata, porque foi aqui que nasceu o nosso país. Por que não colocar, ou então não transformá-lo num lugar sagrado? E este sagrado compreende um ambiente original, que tinha cruz, que tinha índios, que tinha padre: por que não fazer? Então, entre cumprir a lei, que eu ganhava para isso, era minha obrigação, e reconhecer um ideal, uma necessidade, eu preferi reconhecer a necessidade, e aí deixei que eles lá ficassem, e ficaram e depois através dos anos foram chegando os outros índios, inclusive a família antagônica que causava a briga lá na reserva... primeiro chegou a família do Itambé,

¹¹ Em documento da FUNAI o senhor Raimundo é referido como tenente, mas no trabalho de Grunewald (2010: 80) é referido como capitão.

¹² Espécie de coqueiro de porte pequeno com palha volumosa, coco de praia, *Allagoptera arenaria*. Palmeira da família *Palmae*, da espécie *Allagoptera maritima* Mart. (*A. Pumila* Ness; *Diplothemium maritimum* Mart.). Ela é nativa do Brasil; não tem tronco e suas folhas surgem diretamente do chão, atingindo 2-2,5 m de altura; A inflorescência é mais curta e o fruto é verde, comestível.

Disponível em: <https://www.esalq.usp.br/d-plant/taxonomy/term/385>. Acesso em: 02 fev. 2023.

¹³ PRIMEIRA Missa no Brasil. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra1260/primeira-missa-no-brasil>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2024. Verbete da Enciclopédia.

depois é que veio a do Chico Índio, e eu vendo que na época a FUNAI não fazia nada para corrigir isso, talvez por falta de recurso ou por falta de interesse, por falta de oportunidade, não sei, não me cabe fazer julgamento, mas o fato é que não fazia nada. Então eu resolvi dar uma de cacique deles, finquei uma vara e disse: daqui pra cá família do Alberto, do Itambé, e daqui pra lá a família do Chico¹⁴, e que a briga de lá, os crimes de lá, não se repetam aqui, porque se houver a menor briga aqui eu recolho todo mundo lá pra reserva. Isto não estava na minha esfera de ação, não era responsabilidade minha, mas eles passaram a ter uma obediência a mim e uma compreensão, que eles me viam como amigo, que estava deixando eles ficarem ali, e ali eles já estavam começando a comercializar o artesanato deles direto com os visitantes.¹⁴

Em vista disso, a chegada e permanência da família do Pajé Itambé¹⁵ e outros indígenas em Coroa Vermelha, que buscavam lugar para viver e desenvolver alguma atividade econômica que os sustentasse, terminou por contribuir e sustentar a reocupação, retomada e fundamentar o reconhecimento daquela terra como indígena, palco de diferentes eventos da história do Brasil e atualmente reconhecida como Aldeia Indígena Pataxó de Coroa Vermelha. Segundo Neves, o Pajé Itambé:

Era um dos responsáveis pela organização comercial da praia de Coroa Vermelha e “distribuía os terrenos para os parentes que chegava”. (...) Itambé conta que distribuía as famílias ao longo da praia de Coroa Vermelha. Essa distribuição teve, como é comum entre os Pataxó, bem como em qualquer sociedade indígena, relações com o parentesco. (NEVES, 2011: 51)

A década de 1970 abrangeu a construção da BR-367 e da BA-001¹⁶, que possibilitou o acesso rápido e fácil ao município de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, que anteriormente era realizado pela praia ou pela trilha feita para a linha do telégrafo, trouxe consigo o movimento e o apelo turístico ao local, ainda movido pela narrativa do local do “descobrimento do Brasil”, como também pela arquitetura colonial portuguesa e católica, o extenso e atrativo litoral, além da presença da população indígena em Porto Seguro e região. A região da praia de Coroa Vermelha, pertence ao município de Santa Cruz Cabrália, e foi sendo ressignificada como local onde foi rezada a primeira missa no Brasil, conforme a Figura 01:



Figura 1 - Placa em Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália-BA¹⁷. **Fonte:** Biblioteca Iconográfica - BN (1999)

¹⁴ Cf. Reis (2010: 81) menciona que a referida citação foi transcrita por entrevista cedidas ao autor.

¹⁵ Seu primeiro filho, Antônio, chegou com ele de Juacema, os outros seis - Luzia, José, Ubirajara, Ubiratan, Ubiranan e Ubirai nasceram em Coroa Vermelha.

¹⁶ A década de 1970 é marcada pelo investimento rodoviário no Brasil, com a aprovação do Plano Nacional de Viação em 1973. As rodovias estaduais e federais cresceram entre 1968 e 1973. Ver Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5917.htm

¹⁷ Título da imagem: Platô e a Cruz de Pau-Brasil de autoria de José Geraldo Pimentel, 1999. Disponível em: https://purl.pt/162/1/brasil/iconografia/brasil_atual/030/index.html

Segundo documentação física referente a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, sob guarda da família de Itambé, durante a década de 1970, alguns indígenas que viviam “espalhados” em diferentes localidades, foram atraídos para a região de Porto Seguro e Coroa Vermelha, devido ao acesso possibilitado pelas rodovias. Com o movimento turístico e a frequência de visitantes pela região, os indígenas começaram a produção e venda do artesanato indígena, como menciona o seguinte trecho de documento:

Foi assim que cerca de seis anos, quando da época da construção da estrada [1973], o índio Alberto, procedente de Caramuru e mal adaptado na Aldeia Pataxó, onde vivera algum tempo com seus parentes próximos, instalou-se no pontão de Coroa Vermelha, onde montou uma pequena venda, que não prosperou, embora ainda exista. Logo em seguida vieram outros parentes, principalmente o índio Nelson, que se tornou o líder entre eles, e que não se deram bem na Aldeia Pataxó, principalmente o Nelson, que não teve mais condições de lá habitar. Passaram então a viver da venda do artesanato na Coroa Vermelha, com a aquiescência da Marinha, através do Tenente Raimundo dos Santos Coelho, embora não com a do Prefeito de Santa Cruz Cabralia, que sempre alegou não gostar do procedimento dos índios. (FUNAI, 1979)

Diante desse contexto, o Pajé Itambé relatou que o número de famílias indígenas moradoras da região só aumentou, pois surgiram possibilidades de trabalho com o artesanato indígena, devido a crescente visitação turística. A produção e comercialização do artesanato indígena foi e ainda é atividade econômica importante da sua família e de muitas outras na Aldeia Indígena de Coroa Vermelha. O artesanato constitui-se fonte de sobrevivência, presença, resistência e luta do povo Pataxó em Coroa Vermelha, pois se desenvolveu nas últimas décadas e se tornou uma das principais economias de diferentes aldeias indígenas, em um movimento que se deslocou de Coroa Vermelha para o litoral de Porto Seguro e outras praias e distritos dessa região (NEVES, 2011, 2012; SANTOS, 2017; COSTA e BARBOSA, 2020).

É importante destacar que os indígenas Pataxó praticavam outras atividades econômicas próximo a região do Monte Pascoal. No entanto, com os eventos do “Fogo de 51”, já mencionados nesse texto, os indígenas foram “empurrados” para o litoral, tendo que se adaptar a outras atividades para o sustento da comunidade, uma delas foi o artesanato que, atualmente, anda de “mãos dadas” com o turismo na região. Segundo Neves:

A produção de artesanato, no entanto, muito além de mera atividade econômica, tem sentidos fundamentais ligados à construção e articulação da identidade étnica(...). De fato, ao longo da história dos órgãos de tutela indígena no Brasil, a produção de artesanato, bem como o uso de uma língua e de rituais próprios, foram entendidos como os demarcadores da identidade indígena. (NEVES, 2011: 46)

As figuras 2 e 3 apresentam o Pajé Itambé a sua relação com o artesanato indígena Pataxó:



Figura 2 - Itambé e artesanato - Poster Bahiatursa. **Fonte:** Arquivo da família (1983)



Figura 3 - Itambé e seu artesanato na praia de Coroa Vermelha. **Fonte:** Arquivo da família (1980)

A figura 3 consta de fotografia reproduzida em cartão postal veiculado na região. Na época não houve pedido de concessão ao Pajé Itambé, que nunca procurou discutir seus direitos do uso da imagem¹⁸. Por um lado, podemos refletir como os povos indígenas são submetidos a processos de apropriação cultural (BERNARDI, 2011), como esse fato dele ter tido sua imagem publicada e veiculada em um postal, sem seu conhecimento prévio, nem pedido de autorização, tampouco retorno financeiro; por outro lado, há o reconhecimento e identificação do Pajé Itambé como um patrimônio dessa comunidade, uma vez que sua história está diretamente relacionada com a luta pela organização e formação dessa terra indígena.

Itambé permaneceu nas terras de Coroa Vermelha, junto com sua família, contribuiu e deu impulso para o artesanato Pataxó local, como também a outros aspectos culturais, quando participava das festas e “esmolas” tradicionais das aldeias - grupo de tocadores de rabeça e sanfona, que iam de casa em casa tocando e rezando benditos de determinados santos da religião católica, percorrendo todas as aldeias da redondeza. Segundo Pajé Itambé, ele levava em torno de um mês

¹⁸ Sobre o direito de imagem entre os povos indígenas, ver Baptista (2004).

fora de casa, até completar todo o percurso da festividade. Diante da sua participação na constituição dessa comunidade indígena, ele foi constituído cacique, liderando essa comunidade como cacique Itambé, que significa pedra bela, nome escolhido para a batalha, e dado, segundo ele, pelos encantados, espíritos dos antepassados indígenas. Também exerceu a função de pajé, função sob a qual passou a ser conhecido nacionalmente, referenciado em jornais e revistas de cunho local, regional e nacional¹⁹.

Pajé Itambé e a demarcação da Terra Indígena Coroa Vermelha

Embora houvesse poucos indígenas na região, desde que Itambé chegou em Coroa Vermelha, ele teve interesse em permanecer no local, sobre o qual muito ouvia falar nas histórias do seu pai e avós, e então começou a história de luta para que esse espaço fosse reconhecido e reconstruído como espaço indígena. E, dessa maneira, o processo de formação desse local em aldeia e terra indígena homologada deu-se sob influência de Itambé, a partir da década de 1970, quando faria daquele lugar um espaço habitado por indígenas e para os indígenas.

Em 1979, a FUNAI fez visita de inspeção e indicou que os indígenas retornassem à Barra Velha, e mesmo havendo conflitos entre os próprios indígenas sobre a permanência em Coroa Vermelha e o enfrentamento das muitas adversidades, a exemplo da valorização da área e da especulação imobiliária, inclusive por parte do poder público local, que chegou a desconsiderar a ocupação do território pelos indígenas (FREITAS e MATOS, 2009), houve resistência e a permanência no local. Os indígenas começaram a se organizar coletivamente para definição de diferentes ações que visavam a identificação do território como terra indígena. Com esse intuito, demandaram a interferência da FUNAI, requerendo estudos para identificação da área como terra indígena e, para que houvesse uma organização sistematizada da defesa e permanência dos indígenas em Coroa Vermelha.

O Pajé Itambé foi uma das lideranças do período que direcionou o início do processo da luta pelo reconhecimento do território de Coroa Vermelha enquanto terra indígena. Ele destacou as contribuições de autoridades acadêmicas da Universidade do Estado da Bahia e da Universidade Federal da Bahia, como José Augusto Laranjeiras Sampaio, conhecido entre os indígenas como Guga, Maria do Rosário Gonçalves de Carvalho e Maria Hilda Baqueiro Paraíso (SAMPAIO, 1992, 1993; SOUZA, 2022; PARAÍSO, 1985). Além do trabalho antropológico de pesquisa, foram realizadas medições para definição da área que deveria ser atribuída aos indígenas. Os resultados compuseram a elaboração dos relatórios que serviram de base para relatórios oficiais no reconhecimento dessa terra como indígena.

Embora houvesse dados e estudos históricos e antropológicos realizados, em 1988 foi negado o reconhecimento da terra, desencadeando ameaça da venda de áreas ocupadas pelos Pataxó. A possibilidade da venda das terras causou divergências internas entre os indígenas, pois enquanto uns desejavam a demarcação

19 Ver sites de jornais e revistas com notícias do Pajé Itambé. Disponíveis em: <https://cabraliabrilha.com.br/o-grande-potencial-da-terra-indigena-coroa-vermelha/>; <http://arquivo.esporte.gov.br/index.php/component/content/article/141-noticias-jogos-indigenas/41917-paje-vende-raizes-e-ervas-para-a-cura-de-doencas>; https://www.researchgate.net/figure/Figura-11-O-Paje-Itambe-em-sua-loja-no-centro-de-artesanato-do-Parque-Indigena-Acervo_fig4_316883087; <https://noticias.cancaonova.com/brasil/cabralia-celebra-516-anos-da-primeira-missa-no-brasil/>; <https://www.correio24horas.com.br/correio24horas/esportes/indios-pataxos-de-coroa-vermelha-prometem-ritual-pelo-titulo-alemao-0714>. Acesso em: 03 fev. 2023.

da terra, como Itambé que, enquanto liderança, lutava e resistia pelo reconhecimento do território indígena, outros admitiam e aceitavam barganhas com a prefeitura e com as imobiliárias, acarretando desgastes no território, como construções irregulares por não-indígenas, além da degradação ambiental e outros ocorridos, escapando ao controle da população indígena que ali vivia, além do retardamento do processo de demarcação e reconhecimento da TI de Coroa Vermelha. Diante disso, foi necessário a elaboração de mais um relatório sobre as questões territoriais da região, o que evidenciou um desarranjo e diminuição das terras que destinadas aos indígenas, além de transformações no ambiente e na paisagem local.

Em outro trecho de entrevista, Itambé narra detalhes de sua luta para demarcação da Terra Indígena de Coroa Vermelha, considerando que Barra Velha (FUNAI, 1991) tinha sido demarcada:

Quando ele (capitão Raimundo) disse que eu podia ficar, eu fiz foi minha casa maiorzinha, aí depois fiz uma oca e dessa oca eu fiquei morando lá muitos anos, depois que eu comecei a morar, eu comecei a vender artesanato e corri atrás de ver se podia fazer de uma aldeia isso aqui, e Deus abençoou que quem me ajudou a ganhar essa aldeia foi o cumpade Mané [Manoel Santana], depois que tomaram meu cargo de cacique. Aí botaram um outro cacique, mas esse outro cacique não queria que essa terra fosse indígena, mas eu queria (...) Houve um documento que cento e cinquenta índios não queria Coroa Vermelha como terra indígena, mas o documento foi pra lá e voltou pra mão de seu Guga e Maria do Rosário, aí mandaram pra mim aqui. Quando cheguei aqui eu já estava preocupado se aqui não podia ser aldeia. Aí corri atrás, corri atrás e fui lá no trevo da parque [Parque Monte Pascoal], lá já tinha um cacique, peguei a assinatura da comunidade, assinatura do cacique deles e vim embora; entrei na Boca da Mata, aí lá peguei a comunidade de Mané [Manoel Santana] e a assinatura dele que era o cacique; aqui na Coroa, peguei aqui assinatura do pessoal que queria aqui como aldeia, só não peguei a do cacique daqui, porque ele não queria, com os outros que queria eu peguei, mas dele não; aí depois fui pro trevo da Imbiriba, peguei assinatura dos caciques lá e assinatura da comunidade, eu sei que eu fiz um reboleço aqui, e graças a Deus...; fui pra Mata Medonha, peguei quatorze família e quando eu cheguei de lá, me piquei pra Brasília e fui levar esses documentos. Cheguei lá em Brasília, a primeira audiência que eu tive foi com o procurador geral de lá da República de Brasília e o ministro da justiça [Jarbas Passarinho]. Encontrei com um amigo lá (...) deputado Ubirajara, foi que me levou lá, junto com o ministro da justiça e o procurador, e graças a Deus tudo me deu apoio, fiquei garantido, e logo, logo imediato chegou aqui à condição de fazer uma medição pra fazer a demarcação. (ITAMBÉ, 2015)

A expansão da atividade turística, os projetos implementados pelo Governo do Estado da Bahia nas décadas de 1980 e 1990 com vistas ao desenvolvimento turístico contribuíram para os conflitos entre indígenas, órgãos públicos municipais e os não-indígenas, mas também foi um período, como demonstrou o Pajé Itambé, no trecho do depoimento acima, que muitas lideranças tradicionais Pataxó estavam unidas, reforçando o movimento de retomada de seus territórios.

As lideranças indígenas tradicionais, como caciques e pajés, são protagonistas nos movimentos políticos pela reocupação, demarcação e reconhecimento das suas terras tradicionais (ALMEIDA, 2014; MARTINS, 2015). Além da importância e papel desenvolvido no interior das aldeias indígenas, essas lideranças orientam a comunidade, especialmente em momentos de desafios e conflitos na luta pela terra, a buscar a posse de terras que foram ocupadas por seus ancestrais. Essas lideranças, sua representação social e cultural dentro das comunidades indígenas, encorajam a resistência contra a violência que sofrem as populações indígenas, e sua própria existência é exemplo para manutenção da própria cultura indígena (MARTINS, 2015). O Pajé Itambé diante da dispersão de seus parentes

da Aldeia Mãe de Barra Velha, encontrou em Coroa Vermelha condições para reagrupar os parentes Pataxó, no processo de reocupação e posterior reconhecimento daquele território como indígena.

Na busca pelo direito à terra, uma das constantes eram as viagens para negociar a posse da terra indígena, a demarcação e reconhecimento, e a verificação constante da documentação da terra indígena. Uma das primeiras viagens realizada por Itambé foi ao Rio de Janeiro, no Conselho Nacional de Política Indigenista – CNPI, um dos primeiros órgãos dos quais ele teve contato. Segundo Itambé, as viagens duravam em torno de 15 dias, na qual ele e outras lideranças pediam carona e caminhavam muitos quilômetros a pé até chegar aos diferentes locais, deixando a comunidade na responsabilidade dos anciões que ficavam na Aldeia e, entre as atividades que coordenavam, eram o processo de partilha do pescado, da caça e do ganho com a venda de artesanato. Entre as principais lideranças que viajavam com Itambé, pelos mesmos princípios, estavam: Tururim, um de seus companheiros de luta e primeiro cacique da Aldeia Barra Velha; o cacique Benedito Chahú de Coroa Vermelha; Manoel Santana da Aldeia Boca da Mata, Joel Braz do Pé do Monte, entre outros que estiveram juntos com ele em todo o processo pela busca do reconhecimento dos territórios. Um trecho de entrevista com Manoel Santana ilustra essa participação conjunta das lideranças:

A nossa luta foi pesada viu, nós andemos, pegamos (...) eu comecei pela minha aldeia de cá de Barra Velha, que o pessoal acabaram com a aldeia, atiraram, mataram os índio, escoraçaram tudo, até hoje tem índio espalhado aí (...), bom eu andei muito mais cumpade Alberto, eu conheço ele desde menino assim, cumpade Alberto era menino na casa de Mané João lá na Laranjeira, cá no rio do norte, nós ia pra festa e ele tava lá, Itambé, Alberto, e a irmã dele. (SANTANA, 2015)

Assim, em 1988, depois de idas e vindas, como comentou Pajé Itambé, os acordos buscaram atender as demandas indígenas interessadas na demarcação e reconhecimento de territórios indígenas em diversas áreas dos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália. Um desses territórios foi a Aldeia Indígena Pataxó de Coroa Vermelha, reconhecida e demarcada como Terra Indígena em 1998²⁰, pertencente aos dois municípios citados, distante do centro de Santa Cruz Cabrália, cerca de oito quilômetros, e do centro de Porto Seguro aproximadamente dezoito quilômetros. As figuras 04 e 05 apresentam a demarcação e áreas dessa Aldeia:



Figura 4 - Áreas demarcadas da Aldeia de Coroa Vermelha. **Fonte:** FUNAI, Superintendência de Assuntos Fundiários (1979).

²⁰ Ver detalhes da homologação da Terra Indígena Coroa Vermelha. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3651>. Acesso em: 05 fev. 2023.

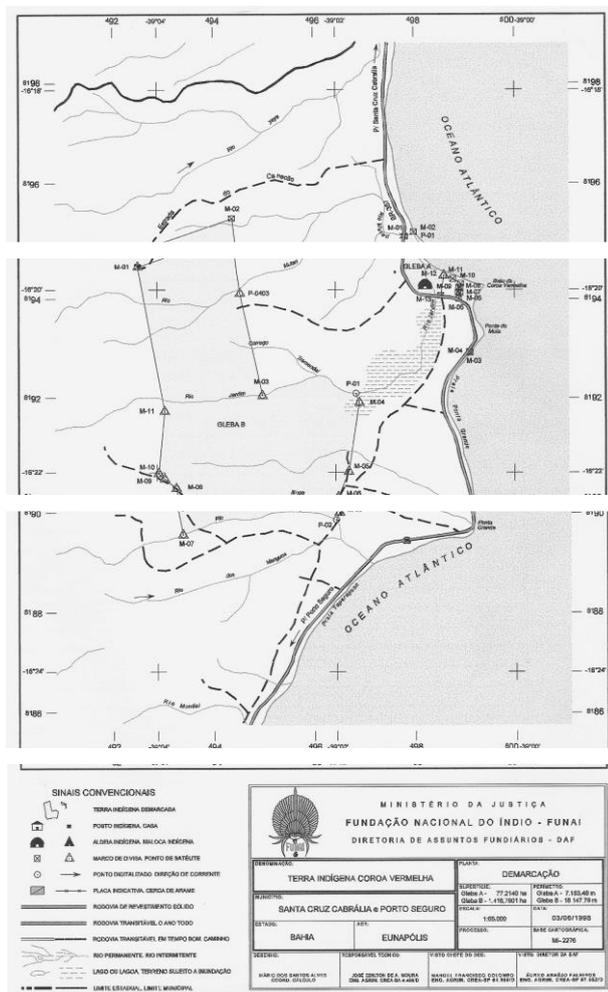


Figura 5 - Localização da Aldeia Coroa Vermelha. Fonte: Rego, 2012: 62.

A partir de 1998, a Terra Indígena Coroa Vermelha constituiu uma área de 1420 hectares às margens da BR 367. A terra foi dividida em duas glebas. A Gleba A localiza-se na praia de Coroa Vermelha, município de Santa Cruz Cabrália, constitui a parte urbana da Aldeia, onde residem muitos indígenas e está localizado o centro do comércio e do artesanato indígena, a Escola Municipal Indígena Pataxó, o Colégio Estadual Indígena Pataxó, o Posto de Saúde, o Parque Indígena e o Centro e Shopping Cultural. É fundamental destacar que a comercialização de artesanato nessa gleba é de administração da comunidade Pataxó.

A Gleba B localiza-se no meio da Mata Atlântica, com uma área de 72 hectares, distante cerca de sete quilômetros da praia de Coroa Vermelha (SAMPAIO, 2000; GRUNEWALD, 2015) e está situada parte no município de Santa Cruz Cabrália, parte no município de Porto Seguro. Essa gleba é constituída da Reserva da Jaqueira e de outras áreas retomadas na primeira década desse século 21, como Juerana, Aroeira, Nova Coroa e Tapororoca. A Reserva da Jaqueira é utilizada para cerimônias indígenas, tanto endógenas ou exógenas ao grupo; foi um lugar de coleta, cultivo e criação e, atualmente, desenvolve atividade turística intensa, recebe visitantes e turistas e uma das atividades mais representativas é o

Aragwaksã, que sempre ocorre por volta do dia 1º de agosto, aniversário de fundação da Reserva da Jaqueira, e significa Dia da Vitória, quando ocorrem diversos rituais, entre eles o casamento tradicional indígena.

O Pajé Itambé enquanto pajé



Figura 6 - Pajé Itambé. Fonte: Acervo da família (2010)

A casa de Itambé era local de muitos encontros, inclusive os espirituais. Ele afirmou que nas sextas-feiras à noite, os espíritos se incorporavam nele trazendo visões, curas e mostrando caminhos para a conquista da terra. Nessas ocasiões também ocorria o Awê (dança tradicional) que não tinha hora para terminar. Com a demarcação e homologação da Terra Indígena de Coroa Vermelha, as experiências que Itambé tinha, enquanto liderança cultural, culminaram na passagem do cacicado para a pajelança. E assim o Pajé Itambé começou a colocar em prática os ensinamentos herdados da sua mãe Isabel (Iambé) e seu pai Antenor. Ele começou a fazer chás para uns e remédios para outros, o que foi se tornando rotina ali em Coroa Vermelha. À medida que iam absorvendo os benefícios de seus tratamentos, um grupo de indígenas se reuniu e decidiu que aquela comunidade precisava de um pajé, e foi então que Itambé assumiu essa função.

Segundo o Pajé Itambé, tudo se iniciou lá pelas bandas da Juacema, onde ele caminhava em seus afazeres diários, quando, de repente, ele caiu e perdeu os seus sentidos. Como se estivesse dormindo, recebeu uma encarnação de um “encantado” espírito da mata, e lhe falou que seu nome seria Itambé, em tupi significa “pedra afiada”. A partir daquele momento, ele passou a ter maior conhecimento sobre as ervas medicinais e seus benefícios, toda vez que ia à mata fazer a colheita das plantas, sempre estava acompanhado de seu guerreiro da mata, conta o Pajé Itambé.

O primeiro tratamento que o Pajé Itambé fez ocorreu de forma inusitada, logo da sua chegada em Coroa Vermelha, quando ele caminhava perto da cruz e foi picado na perna por uma cobra jaracuçu. Ele foi buscar ajuda, mas sua esposa Maria não sabia o que fazer. Segundo ele, o veneno começava a percorrer o seu corpo, quando, conta ele, o encantado tomou posse do seu corpo e começou o tratamento da seguinte maneira: ele pediu que Maria cavasse um buraco, para que sua perna fosse enterrada, e assim ela fez; ele amarrou uma corda um pouco abaixo do joelho para prender o sangue, e todo o resto foi realizado sob auxílio espiritual.

A partir desse dia, o Pajé Itambé foi aprimorando seus conhecimentos e experiência, mas somente depois de ser cacique é que assumiu a função de pajé da Aldeia de Coroa Vermelha. Após o reconhecimento e homologação da Terra Indígena de Coroa Vermelha, o crescimento da comunidade e da visitação turística na localidade, ele começou a fazer tratamentos e curas não só com os parentes, que ali viviam, mas também com os turistas que chegavam para conhecer aquela comunidade indígena. Um dos primeiros tratamentos feitos em turistas, conta o Pajé Itambé, ocorreu quando uma senhora se queixava muito de dores, reumatismo e tinha muita dificuldade de locomoção, ele preparou alguns banhos para ela e no quarto banho, ela tinha voltado a caminhar. Ele relata que a senhora ficou tão agradecida, que na época trouxe um saco cheio de bolacha, pão e roupas de recém-nascido, pois sabia que sua esposa Maria estava grávida de sua filha Luzia, e nem precisaram comprar o enxoval do bebê.

As curas do Pajé Itambé foram conhecidas dentro e fora da comunidade de Coroa Vermelha. Certa vez, enquanto vendia artesanato e seus remédios, um cidadão desconhecido tirou uma foto sua e fez um cartão postal, mencionado anteriormente neste texto. Ele conta que esse postal foi vendido, sem seu conhecimento ou consentimento, no Brasil inteiro pelo preço de um real cada, e que ficou extremamente revoltado com isso, mas não sabia como reverter essa situação. No entanto, a venda e circulação desse postal fez com que muitas pessoas viessem a sua procura, em busca de seus conhecimentos como Pajé e como uma das lideranças tradicionais e figuras centrais na vida da Aldeia e Terra Indígena de Coroa Vermelha até os dias atuais²¹ (NEVES, 2012).

Em virtude de suas atividades como liderança, cacique e pajé, ele participou de conferências e reuniões em Brasília e outras cidades, e esteve em Nova Iorque-EUA, representando os pajés do Brasil em um encontro mundial de pajés. O Pajé Itambé tornou-se uma figura pública, participava de reuniões e seminários culturais, em 1980 encontrou com o Papa João Paulo II em Salvador, e na ocasião ofereceu um presente ao mesmo, conforme indica a figura 7:



Figura 7 - Pajé Itambé²². **Fonte:** Arquivo da família (2000)

²¹ Uma análise sobre o papel e a representação dos pajés em Coroa Vermelha, ver Neves (2012).

²² Destaque para o Urataká, nome indígena desse modelo de cocar, com a seguinte inscrição: "sou o índio que deu presente ao Papa", por ele ter, pessoalmente, entregado um presente ao Papa João Paulo II na década de 1990.

Considerações finais

A história de Itambé, o líder, cacique e pajé traz à tona a história da formação da Aldeia Coroa Vermelha. O Pajé Itambé foi um dos primeiros indígenas a repovoar essas terras, e foi o primeiro a querer ver essa terra reconhecida como território indígena. Constituiu-se como uma liderança tradicional para o povo Pataxó de Coroa Vermelha. Sua experiência cotidiana nessa terra tangenciou todo o processo de luta e conquista desse território indígena.

O Pajé Itambé forneceu as diretrizes para a construção deste texto, pois aqui estão sua visão e compressão sobre os fatos apresentados e que marcaram a sua trajetória enquanto liderança indígena. Sobre o processo histórico de formação e reconhecimento da Terra Indígena de Coroa Vermelha, ele mesmo aponta que é parte desse todo, que ocorreram outras histórias, outras lutas, e outros indígenas também foram protagonistas dessa história. Por isso, é fundamental também buscar as histórias de outras lideranças que continuaram e continuam a luta indígena pela terra ou a luta pela terra indígena. A memória de luta e persistência desses anciões deve servir de exemplo para a guarda e manutenção das terras na mão do povo Pataxó, garantindo o que foi retomado e reocupado.

O Pajé Itambé sempre se orgulhou da presença indígena no território de Coroa Vermelha:

Tenho muito orgulho de chegar e encontrar vocês todos aqui. Esse lugar é muito bom, mas estava vazio. Agora vejo que está cheio. Agradeço muito a visita de vocês. Pedimos que nos ajudem. Precisamos nos unir e lutar juntos. Peço muita força a todos vocês e a todos os pajés do Brasil. Obrigado. (Pajé Itambé, 21 de abril de 2000)²³

Recebido em 30 de setembro de 2023.

Aceito em 21 de fevereiro de 2024.

Referências

ALBERTI, Verena. *História Oral: a experiência do CPDOC*. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 1989.

ALMEIDA, Antônio C. *Da Aldeia para o Estado: os caminhos do empoderamento e o papel das lideranças Kaingang na conjuntura do movimento indígena brasileiro*. Tese de Doutorado, Ciências Sociais, PUC-SP, 2013.

BAPTISTA, Fernando M. *Os povos indígenas frente ao direito autoral e de imagem*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GERSEM DOS SANTOS, Luciano. *O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/LACED/Museu Nacional, 2006.

BIERBAUM, Bernhard F. CARVALHO, Maria Rosário de. *Olhares Próximos: Encontro entre Antropólogos e Índios Pataxó*. Books on Demand, 2009.

BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CARVALHO, Maria Rosário G. A Identidade Dos Povos Do Nordeste. *Anuário Antropológico* 7 (1):169-88.

CARVALHO, Maria Rosário G. O Monte Pascoal, os índios Pataxó e a luta pelo reconhecimento étnico. *Caderno CRH*, 22 (57): 507-521, 2009.

CHAVES, Rodrigo P. R. A Identificação de Terras Indígenas e os Relatórios de Identificação e Delimitação da FUNAI: reflexões sobre a prática da antropologia no Brasil (1988-2003). Dissertação de Mestrado, Antropologia Social, UnB, 2004.

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. *Marcha e Conferência Indígena*. Brasília: Caderno Política Indígena, 2000.

COSTA, Alícia da. S.; BARBOSA, Pablo A. “Arte, afirmação cultural e etnoturismo na T.I. Pataxó de Coroa Vermelha, Bahia”. In: CARNEIRO, Ana *et al.* (orgs.). *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: EDUFBA, 2020.

CUNHA, Kaline B; FERREIRA, Roberta P. *Causos contados pelos anciãos pataxó sobre Juacema: lugar encantado*. Monografia, Formação Intercultural para Educadores Indígenas, UFMG, 2017.

CUNHA, Rejane C. S. *O fogo de 51: Entre a memória oficial e as subterrâneas*. Anais Eletrônicos do VI Encontro Estadual de História. Ilhéus: Anpuh/Bahia, 2013.

DE BERNARDI, Andréia M. *Dimensões do processo de apropriação cultural: a educação na cidade*. Dissertação de Mestrado, Educação, UFMG, 2011.

FUNAI. Decreto 396/91 homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena Barra Velha, no Estado da Bahia. (Fernando Collor /Jarbas Passarinho). 24 dez., 1991.

FREITAS, Tatiana P.; MATTOS, Yara. Impactos culturais do Turismo: contradições e paradoxos. *UFOP: Revista Eletrônica de Turismo Cultural*, 3 (1), 2009.

GRUNEWALD, Rodrigo de A. *Os Índios do Descobrimento: tradição e turismo*. Rio de Janeiro: UFRJ/MN/PPGAS, 1999.

GRUNEWALD, Rodrigo de A. Turismo na Terra Indígena Pataxó de Coroa Vermelha: imperialismo e pós-colonialidade na região do Descobrimento do Brasil. *Pasos – Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, 13 (2): 411-24, 2015.

GRUNEWALD, Rodrigo de A. “Os Pataxós e a construção social dos índios do descobrimento”. In: REIS, Daniel Aarão *et al.* (org.). *Tradições e Modernidades*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

ITAMBÉ. Entrevista [jul. 2015]. Entrevistador: Ubirai Silva Matos. 1 arquivo. Porto Seguro, 2015.

MARTINS, Elemir S. O papel das lideranças tradicionais na demarcação das terras indígenas Guarani e Kaiowá. *Tellus*, 29: 153-172, 2015.

NEVES, Sandro C. *A apropriação indígena do turismo: os Pataxó de Coroa Vermelha e a expressão da tradição*. Tese de Doutorado, Antropologia, UFBA, 2012.

NEVES, Sandro C. Produção, Circulação e Significados do Artesanato Pataxó no Contexto Turístico da aldeia de Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália-BA. *Pasos – Revista de Turismo e Patrimônio Cultural*, 9 (3): 45-58, 2011.

POVO PATAXÓ. *Inventário Cultural Pataxó: tradições do povo Pataxó do Extremo Sul da Bahia*. Bahia: Atxohã/Instituto Tribos Jovens, 2011.

REGO, André G. do. *Uma aldeia diferenciada: Conflitos e sua administração em Coroa Vermelha/BA*. Tese de Doutorado, Antropologia Social, UNB, 2012.

ROGEDO, Isa P. *et al.* Relatório GT/Port.1847/E(PROC. FUNAI/BSB/3440/85). Brasília, 1985.

SAMPAIO, José A. L. *Breve História da Presença Indígena no Extremo Sul Baiano e a Questão do Território Pataxó do Monte Pascoal*. XXII Reunião Brasileira de Antropologia. Fórum de Pesquisa 3: “Conflitos Socioambientais e Unidades de Conservação”. Brasília, 2000.

SAMPAIO, José A. L. Sob o signo da cruz. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Pataxó da Coroa Vermelha. *Cadernos do LEME*, 2 (1): 95-176, 2010.

SAMPAIO, José Augusto L. *Parecer sobre os Processos Fundiários das Terras Pataxó de Coroa Vermelha, Águas Belas, Corumbauzinho e Trevo do Parque*. 1993.

SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. *Parecer sobre o Estatuto Histórico e Legal dos Territórios Pataxó no Extremo Sul da Bahia*. 1992.

SANTANA, Manoel. Entrevista [2015]. Entrevistador: Ubirai Silva Matos. 1 arquivo. Porto Seguro, 2015.

SANTOS, Edleuza dos S. *Produção de Artesanato feito do Pati na Aldeia Indígena Pataxó Coroa Vermelha*. Monografia, Formação Intercultura de Educadores Indígenas – Ciências Sociais e Humanidades, UFMG, 2017.

SANTOS, Erilsa B. *A história da demarcação da Terra Indígena Barra Velha*. Monografia, Formação Intercultura de Educadores Indígenas – Ciências Sociais e Humanidades, UFMG, 2018.

SOUZA, Ramon R. C. O processo histórico de territorialização Pataxó no Extremo Sul da Bahia no século XIX. Dossiê Temático: Patrimônio Histórico. *Cadernos de História*, 23 (38), 2022.

PARAÍSO, Maria Hilda B. *Carta referente Comunidade Indígena Pataxó da TI Coroa Vermelha*. ISA, 1985.